

Everest Leasing S.A. Arrendamento Mercantil

Empresa da Organização Bradesco

CNPJ 74.533.787/0001-93

Sede: Cidade de Deus - Prédio Prata - 4º Andar - Vila Yara - Osasco - SP

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Senhores Acionistas,

Submetemos à apreciação de V.Sas. as demonstrações contábeis do exercício findo em 31 de dezembro de 2015, da Everest Leasing S.A. Arrendamento Mercantil (Everest Leasing), de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

No final do exercício, a Everest Leasing registrou Lucro Líquido de R\$ 1,8 milhão, correspondente a R\$ 14,19 por lote de mil ações, Patrimônio Líquido de R\$ 29,5 milhões e Ativos Totais de R\$ 31,6 milhões.

Osasco, SP, 27 de janeiro de 2016.

Diretoria

BALANÇO PATRIMONIAL EM 31 DE DEZEMBRO - Em Reais mil					
	2015		2014		
ATIVO					
CIRCULANTE	31.174	29.138			
DISPONIBILIDADES (Nota 4)	44	47			
TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS E INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVATIVOS (Nota 5a)	30.763	27.868			
Carteira Própria	30.141	27.325			
Vinculados à Prestação de Garantias	622	543			
OUTROS CRÉDITOS	367	1.223			
Diversos (Nota 6)	367	1.223			
REALIZÁVEL A LONGO PRAZO	385	394			
OUTROS CRÉDITOS	385	394			
Diversos (Nota 6)	385	394			
TOTAL	31.559	29.532			

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO - Em Reais mil				DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO - Em Reais mil				
	2º Semestre 2015	Exercícios findos em 31 de dezembro		Capital Social	Reservas de Lucros		Lucros Acumulados	Totais
		2015	2014		Legal	Estatutária		
RECEITAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA	1.995	3.641	2.879					
Operações de Crédito	-	-	3					
Resultado de Operações com Títulos e Valores Mobiliários (Nota 5c)	1.995	3.641	2.876					
RESULTADO BRUTO DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA	1.995	3.641	2.879					
OUTRAS RECEITAS/DESPESAS OPERACIONAIS	(262)	(603)	(521)					
Outras Despesas Administrativas (Nota 10)	(94)	(220)	(285)					
Despesas Tributárias (Nota 11)	(93)	(183)	(142)					
Outras Receitas Operacionais (Nota 12)	42	268	208					
Outras Despesas Operacionais (Nota 13)	(117)	(468)	(302)					
RESULTADO OPERACIONAL	1.733	3.038	2.358					
RESULTADO ANTES DA TRIBUTAÇÃO SOBRE O LUCRO	1.733	3.038	2.358					
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL (Notas 15a e b)	(716)	(1.226)	(1.014)					
LUCRO LÍQUIDO	1.017	1.812	1.344					
Número de ações (Notas 9a e b)	127.699.786	127.699.786	127.699.786					
Lucro por lote de mil ações em R\$	7,96	14,19	10,52					

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA - Em Reais mil				DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO - Em Reais mil							
	2º Semestre 2015	Exercícios findos em 31 de dezembro		Descrição	2º Semestre		Exercícios findos em 31 de dezembro		2015	2014	
		2015	2014		2015	%	2014	%			
Fluxo de Caixa das Atividades Operacionais:											
Lucro Líquido antes do Imposto de Renda e Contribuição Social	1.733	3.038	2.358	1 - RECEITAS	1.920	105,2	3.441	106,8	2.785	111,3	
Ajustes ao Lucro Líquido antes dos Impostos	99	260	53	1.1) Intermediação Financeira	1.995	109,3	3.641	113,0	2.879	115,2	
Despesas com Provisões Cíveis e Fiscais	99	260	53	1.2) Outras	(75)	(4,1)	(200)	(6,2)	(94)	(3,9)	
Lucro Líquido Ajustado antes dos Impostos	1.832	3.298	2.411	2 - INSUMOS ADQUIRIDOS DE TERCEIROS	(94)	(5,2)	(220)	(6,8)	(285)	(11,3)	
(Aumento)/Redução em Títulos e Valores Mobiliários e Instrumentos Financeiros Derivativos	(2.404)	(2.895)	2.850	Contribuições	(48)	(2,6)	(115)	(3,6)	(9)	(0,4)	
(Aumento)/Redução em Outros Créditos	680	897	(327)	Propaganda e Publicidade	(38)	(2,1)	(90)	(2,8)	(104)	(4,0)	
(Aumento)/Redução em Outras Obrigações	(4)	(273)	139	Serviços do Sistema Financeiro	(7)	(0,4)	(14)	(0,4)	(14)	(0,6)	
Imposto de Renda e Contribuição Social Pagos	(106)	(1.017)	(4.959)	Outras	(1)	(0,1)	(1)	-	(6)	(0,2)	
Caixa Líquido Proveniente/(Utilizado) das Atividades Operacionais	(2)	10	114	3 - VALOR ADICIONADO BRUTO (1-2)	1.826	100,0	3.221	100,0	2.500	100,0	
Fluxo de Caixa das Atividades de Financiamentos:				4 - VALOR ADICIONADO A DISTRIBUIR	1.826	100,0	3.221	100,0	2.500	100,0	
Dividendos Pagos	-	(13)	(83)	5 - DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO	1.826	100,0	3.221	100,0	2.500	100,0	
Caixa Líquido Utilizado de Atividades de Financiamentos	(2)	(13)	(83)	5.1) Impostos, Taxas e Contribuições	809	44,4	1.409	43,7	1.156	46,2	
Aumento/(Redução) Líquido de Caixa e Equivalentes de Caixa	(2)	(3)	31	Federal	809	44,4	1.409	43,7	1.156	46,2	
Caixa e Equivalentes de Caixa - Início do Período	46	47	16	5.2) Remuneração de Capitais Próprios	1.017	55,6	1.812	56,3	1.344	53,8	
Caixa e Equivalentes de Caixa - Fim do Período	44	44	47	Dividendos	10	0,5	18	0,6	13	0,5	
Aumento/(Redução) Líquido de Caixa e Equivalentes de Caixa	(2)	(3)	31	Lucros Retidos	1.007	55,1	1.794	55,7	1.331	53,3	

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

1) CONTEXTO OPERACIONAL

A Everest Leasing S.A. Arrendamento Mercantil ("Everest Leasing" ou "Instituição") tem como objetivo, a prática das operações de arrendamento mercantil, observadas as disposições da legislação em vigor. É parte integrante da Organização Bradesco, sendo suas operações conduzidas de forma integrada a um conjunto de empresas que atuam no mercado financeiro e de capitais, utilizando-se dos recursos administrativos e tecnológicos e na gestão de riscos, e suas demonstrações contábeis devem ser entendidas neste contexto.

2) APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

As demonstrações contábeis foram elaboradas a partir das diretrizes contábeis emanadas das Leis nº 4.595/64 (Lei do Sistema Financeiro Nacional) e 6.404/76 (Lei das Sociedades por Ações) com as alterações introduzidas pelas Leis nº 11.638/07 e 11.941/09, para a contabilização das operações, associadas às normas e instruções do Conselho Monetário Nacional (CMN) e do Banco Central do Brasil (BACEN). Incluem, estimativas e premissas, tais como: estimativas do valor justo de determinados instrumentos financeiros; provisões fiscais, cíveis e outras provisões. Os resultados efetivos podem ser diferentes daqueles estabelecidos por essas estimativas e premissas.

As demonstrações contábeis foram aprovadas pela Administração em 27 de janeiro de 2016.

3) PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

a) Moeda funcional e de apresentação

As demonstrações contábeis estão apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Instituição.

b) Apuração do resultado

O resultado é apurado de acordo com o regime de competência, que estabelece que as receitas e despesas devem ser incluídas na apuração dos resultados dos períodos em que ocorrerem, sempre simultaneamente quando se correlacionarem, independentemente de recebimento ou pagamento. As operações com taxas prefixadas são registradas pelo valor de resgate, e as receitas e despesas correspondentes ao período futuro são apresentadas em conta redutora dos respectivos ativos e passivos. As receitas e despesas de natureza financeira são contabilizadas pelo critério *pro rata* dia e calculadas com base no método exponencial.

As operações com taxas pós-fixadas são atualizadas até a data do balanço.

c) Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa são representados por disponibilidades em moeda, aplicações no mercado aberto e aplicações em depósitos interfinanceiros, cujo vencimento das operações, na data da efetiva aplicação, seja igual ou inferior a 90 dias e apresentem risco insignificante de mudança de valor justo. Esses recursos são utilizados pela Instituição para gerenciamento de seus compromissos de curto prazo.

d) Títulos e valores mobiliários

• Títulos para negociação - adquiridos com o propósito de serem ativos e frequentemente negociados. São registrados pelo custo de aquisição, acrescidos dos rendimentos auferidos e ajustados pelo valor de mercado em contrapartida ao resultado do período; Notas do tesouro nacional

• Títulos disponíveis para venda - são aqueles que não se enquadram como para negociação nem como mantidos até o vencimento. São registrados ao custo de aquisição, acrescidos dos rendimentos auferidos em contrapartida ao resultado do período e ajustados pelo valor de mercado em contrapartida ao patrimônio líquido, deduzidos dos efeitos tributários, os quais só serão reconhecidos no resultado quando da efetiva realização. A Instituição não possui títulos classificados nesta categoria; e

• Títulos mantidos até o vencimento - adquiridos com a intenção e capacidade financeira para sua manutenção em carteira até o vencimento. São avaliados pelo custo de aquisição, acrescidos dos rendimentos auferidos em contrapartida ao resultado do período. A Instituição não possui títulos classificados nesta categoria.

Os títulos e valores mobiliários classificados nas categorias de negociação e disponível para venda, bem como os instrumentos financeiros derivativos, são demonstrados no balanço patrimonial pelo seu valor justo estimado. O valor justo geralmente baseia-se em cotações de preços de mercado ou cotações de preços de mercado para ativos ou passivos com características semelhantes. Se esses preços de mercado não estiverem disponíveis, os valores justos são baseados em cotações de operadores de mercado, modelos de precificação, fluxo de caixa descontado ou técnicas similares, para as quais a determinação do valor justo possa exigir julgamento ou estimativa significativa por parte da Administração.

e) Imposto de renda e contribuição social (ativo e passivo)

Os créditos tributários de imposto de renda e contribuição social sobre o lucro líquido, calculados sobre adições temporárias, são registrados na rubrica "Outros Créditos - Diversos", e as provisões para as obrigações fiscais diferidas são registradas na rubrica "Outras Obrigações - Fiscais e Previdenciárias".

Os créditos tributários sobre adições temporárias serão realizados quando da utilização e/ou reversão das respectivas provisões sobre as quais foram constituídos. Tais créditos tributários são reconhecidos contabilmente com base nas expectativas atuais de realização, considerando os estudos técnicos e análises realizadas pela Administração.

A provisão para imposto de renda é constituída à alíquota-base de 15% do lucro tributável, acrescida de adicional de 10%. Para as empresas financeiras, a contribuição social sobre o lucro foi calculada até agosto de 2015, considerando a alíquota de 15%. Para o período compreendido entre setembro de 2015 e dezembro de 2018, a alíquota foi alterada para 20%, conforme Lei nº 13.169/15, retornando à alíquota de 15% a partir de janeiro de 2019.

Em decorrência da alteração da alíquota, a Instituição constituiu, em setembro de 2015, um complemento do crédito tributário de contribuição social, considerando as expectativas anuais de realização e as suas respectivas alíquotas vigentes em cada período, de acordo com o estudo técnico realizado.

Foram constituídas provisões para os demais impostos e contribuições sociais, de acordo com as respectivas legislações vigentes. As modificações no critério de reconhecimento de receitas, custos e despesas computadas na apuração do lucro líquido do período, introduzidas pela Lei nº 11.638/07 e alterações posteriores, foram contempladas fiscalmente pelo novo regime de tributação vigente instituído pela Lei nº 12.973/14.

f) Redução ao valor recuperável de ativos (impairment)

Os ativos financeiros e não financeiros são avaliados para verificar se há evidência objetiva de que tenha ocorrido uma perda no seu valor contábil.

A evidência objetiva de que os ativos financeiros perderam valor pode incluir o não pagamento ou atraso no pagamento por parte do devedor, indicações de processo de falência ou mesmo, um declínio significativo ou prolongado do valor do ativo.

Uma perda por redução ao valor recuperável (*impairment*) de um ativo financeiro ou não financeiro é reconhecida no resultado do período se o valor contábil do ativo ou unidade geradora de caixa exceder o seu valor recuperável.

g) Provisões, ativos e passivos contingentes e obrigações legais - fiscais e previdenciárias

O reconhecimento, a mensuração e a divulgação das provisões, das contingências ativas e passivas e também das obrigações legais são efetuados de acordo com os critérios definidos pelo CPC 25, o qual foi aprovado pela Resolução nº 3.823/09 do CMN, sendo:

- Ativos contingentes: não são reconhecidos contabilmente, exceto quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis, sobre as quais não caibam mais recursos, caracterizando o ganho como praticamente certo e pela confirmação da capacidade de sua recuperação por recebimento ou compensação com outro passivo exigível. Os ativos contingentes, cuja expectativa de êxito é provável, são divulgados nas notas explicativas;
- Provisões: são constituídas levando em conta a opinião dos assessores jurídicos, a natureza das ações, a similaridade com processos anteriores, a complexidade e o posicionamento de tribunais, sempre que a perda for avaliada como provável, o que ocasionaria uma provável saída de recursos para a liquidação das obrigações e quando os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança;
- Passivos contingentes: de acordo com o CPC 25, o termo "contingente" é utilizado para passivos que não são reconhecidos, pois a sua existência somente será confirmada pela ocorrência ou não de um ou mais eventos futuros e incertos que não estejam totalmente sob o controle da Administração. Os passivos contingentes não satisfazem os critérios de reconhecimento, pois são considerados como perdas possíveis, devendo apenas ser divulgados em notas explicativas, quando relevantes. As obrigações classificadas como remotas não são provisionadas e nem divulgadas;
- Obrigações legais - Provisão para riscos fiscais: decorrem de processos judiciais, cujo objeto de contestação é sua legalidade ou constitucionalidade que, independentemente da avaliação acerca da probabilidade de sucesso, têm os seus montantes reconhecidos integralmente nas demonstrações contábeis.

h) Outros ativos e passivos

Os ativos estão demonstrados pelos valores de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias auferidos (em base *pro rata* dia) e provisão para perda, quando julgada necessária. Os passivos demonstrados incluem os valores conhecidos e mensuráveis, acrescidos dos encargos e das variações monetárias incorridos (em base *pro rata* dia).

i) Eventos subsequentes

Correspondem aos eventos ocorridos entre a data-base das demonstrações contábeis e a data de autorização para sua emissão. São compostos por:

- Eventos que originam ajustes: são aqueles que evidenciam condições que já existiam na data-base das demonstrações contábeis; e
- Eventos que não originam ajustes: são aqueles que evidenciam condições que não existiam na data-base das demonstrações contábeis.

4) CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

A Instituição possui disponibilidades em moeda nacional no montante de R\$ 44 mil (2014 - R\$ 47 mil).

5) TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS E INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVATIVOS

a) Composição da carteira distribuída pelas rubricas de publicação

	Em 31 de dezembro - R\$ mil	
	2015	2014

Carteira própria

• Cotas de fundos de investimentos..... 30.141 27.325

Vinculados à prestação de garantias

• Letras financeiras do tesouro 622 543

Total **30.763** **27.868**

b) Classificação por categorias e prazos

	2015			2014				
	1 a 30 dias	31 a 180 dias	181 a 360 dias	Acima de 360 dias	Valor de mercado/contábil (2)	Valor de custo atualizado	Marcação a mercado (2)	Valor de mercado/ Marcação a mercado (2)

Títulos para negociação (3)

Letras financeiras do tesouro 112 1.768 1.257 18.477 21.614 21.617 (3) - -

Notas do tesouro nacional 8.319 - - - 8.319 8.319 - 1.068 -

Debêntures - 26 - 804 830 830 - 12.735 (3)

Letras do tesouro nacional - - - - - - - 13.384 -

Certificados de depósito bancário - - - - - - - 681 -

Total em 2015 **8.431** **1.794** **1.257** **19.281** **30.763** **30.766** **(3)** **27.868** **(3)**

Total em 2014 **14.974** **156** **2.805** **9.933** **30.763** **30.766** **(3)** **27.868** **(3)**

(1) As aplicações em cotas de fundos de investimentos são efetuadas em fundos exclusivos administrados pela Organização Bradesco e foram distribuídas de acordo com os papéis que compõem suas carteiras, preservando a classificação da categoria dos fundos.

Na distribuição dos prazos, foram considerados os vencimentos dos papéis, independentemente de sua classificação contábil;

(2) O valor de mercado dos títulos e valores mobiliários é apurado de acordo com a cotação de preço de mercado disponível na data do balanço. Se não houver cotação de preços de mercado disponível, os valores são estimados com base em cotações de distribuidores, modelos de precificação, modelos de cotações ou cotações de preços para instrumentos com características semelhantes.

No caso das aplicações em fundos de investimentos, o custo atualizado reflete o valor de mercado das respectivas cotas; e

(3) Para fins de apresentação do Balanço Patrimonial os títulos classificados como "para negociação" estão demonstrados no ativo circulante.

c) Resultado de operações com títulos e valores mobiliários

	Exercícios findos em 31 de dezembro - R\$ mil	
	2015	2014

Títulos de renda fixa 3.641 2.876

Total **3.641** **2.876**

d) A Everest Leasing não operou com instrumentos financeiros derivativos nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e de 2014.

6) OUTROS CRÉDITOS - DIVERSOS

	Em 31 de dezembro - R\$ mil	
	2015	2014

Devedores por depósitos em garantia (1) 200 1.086

Créditos tributários (Notas 15c e d) 526 493

Outros 26 38

Total **752** **1.617**

(1) Em 2015, refere-se ao levantamento de um processo de ISS no valor de R\$ 817 mil.

7) ATIVOS E PASSIVOS CONTINGENTES E OBRIGAÇÕES LEGAIS - FISCAIS E PREVIDENCIÁRIAS

a) Ativos contingentes

Não são reconhecidos contabilmente ativos contingentes.

b) Provisões classificadas como perdas prováveis e obrigações legais - fiscais e previdenciárias

A Instituição é parte em processos judiciais, de natureza cível e fiscal, decorrentes do curso normal de suas atividades. Na constituição das provisões a Administração leva em conta, a opinião dos assessores jurídicos, a natureza das ações, a similaridade com processos anteriores, a complexidade e o posicionamento de tribunais, sempre que a perda for avaliada como provável.

A Administração da Instituição entende que a provisão constituída é suficiente para atender às perdas decorrentes dos respectivos processos.

O passivo relacionado à obrigação legal em discussão judicial é mantido até o desfecho da ação, representado por decisões judiciais, sobre as quais não caibam mais recursos, ou a sua prescrição.

I - Processos cíveis

São pleitos de indenização por dano moral e patrimonial. Essas ações são controladas individualmente por meio de sistema informatizado e provisionadas sempre que a perda for avaliada como provável, considerando a opinião de assessores jurídicos, natureza das ações, similaridade com processos anteriores, complexidade e posicionamento de tribunais.

Não existem em curso processos administrativos significativos por descumprimento das normas do Sistema Financeiro Nacional ou de pagamento de multas que possam causar impactos representativos no resultado financeiro da Instituição.

II - Obrigações legais - provisão para riscos fiscais

A Instituição vem discutindo judicialmente a legalidade e constitucionalidade de alguns tributos e contribuições, os quais estão totalmente provisionados não obstante as boas chances de êxito de acordo com a opinião dos assessores jurídicos. Essas obrigações legais e as provisões avaliadas como de risco provável, tem acompanhamento regular de suas evoluções nos trâmites do Judiciário, e no decorrer ou no encerramento de cada processo, poderão resultar em condições favoráveis à Instituição, com a reversão das respectivas provisões.

continua...

Sumário Caderno Empresarial 2

BALANÇO	
ARTERIS S.A.	16
BANK OF AMERICA MERRILL LYNCH BANCO MULTIPLO S.A.	12
EVEREST LEASING S/A ARRENDAMENTO MERCANTIL	2
MERRILL LYNCH S/A CORRETORA DE TIT. E VAL. MOBILIARIOS	4
NCF PARTICIPACOES S.A.	6
SARAIVA SA LIVREIROS EDITORES	29
SOCIEDADE DE ABAS. DE AGUA E SANEAMENTO S/A	28

Everest Leasing S.A. Arrendamento Mercantil

Empresa da Organização Bradesco

CNPJ 74.533.787/0001-93

Sede: Cidade de Deus - Prédio Prata - 4º Andar - Vila Yara - Osasco - SP

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

III - Movimentação das provisões constituídas

	R\$ mil	
	Cíveis	Fiscais (1)
Saldo em 31 de dezembro de 2014	222	273
Atualização monetária	18	12
Constituições líquidas de reversões e baixas	230	-
Pagamento	(268)	-
Saldo em 31 de dezembro de 2015 (Notas 8a e b)	202	285

(1) Compreendem, substancialmente, por obrigações legais.

c) Passivos contingentes classificados como perdas possíveis

A Instituição mantém um sistema de acompanhamento para todos os processos administrativos e judiciais em que a Instituição figura como "autora" ou "ré" e, amparada na opinião dos assessores jurídicos, classifica as ações de acordo com a expectativa de insucesso. Periodicamente são realizadas análises sobre as tendências jurisprudenciais e efetivada, se necessária, a reclassificação dos riscos desses processos. Neste contexto os processos contingentes avaliados como de risco e perda possível não são reconhecidos contabilmente.

d) Em 31 de dezembro de 2015 e de 2014, não há processos contingentes avaliados como de perda possível de montante relevante.

8) OUTRAS OBRIGAÇÕES

a) Fiscais e previdenciárias

	Em 31 de dezembro - R\$ mil	
	2015	2014
Impostos e contribuições sobre lucros a pagar	1.037	828
Provisões fiscais (Nota 7b)	285	273
Provisão para impostos e contribuições diferidas (Nota 15c)	218	171
Impostos e contribuições a recolher	18	13
Total	1.558	1.285

b) Diversos

	Em 31 de dezembro - R\$ mil	
	2015	2014
Provisão para pagamento a efetuar	255	266
Provisões cíveis (Nota 7b)	202	222
Outras	75	89
Total	532	577

9) PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a) Capital social

O capital social, no montante de R\$ 15.200 mil (2014 - R\$ 13.500 mil), totalmente subscrito e integralizado, dividido em 127.699.786 ações ordinárias, nominativas escriturais, sem valor nominal.

b) Movimentação do capital social

	Quantidade de ações		R\$ mil	
	2015	2014	2015	2014
Em 31 de dezembro de 2014			127.699.786	13.500
Aumento de capital (1)			1.700	1.700
Em 31 de dezembro de 2015			127.699.786	15.200

(1) Em 28 de maio de 2015, o BACEN homologou a Ata GO/E de 29 de abril de 2015 que deliberou o aumento do capital social, mediante a capitalização de parte do saldo de "Reservas de Lucros - Reserva Legal" no montante de R\$ 1.700 mil, sem emissão de ações.

c) Reservas de lucros

	Em 31 de dezembro - R\$ mil	
	2015	2014
Reservas de lucros	14.251	14.157
- Reserva legal (1)	3.073	4.682
- Reserva estatutária (2)	11.178	9.475

(1) Constituição obrigatoriamente à base de 5% do lucro líquido do exercício, até atingir 20% do capital social realizado, ou 30% do capital social, acrescido das reservas de capital. Após esse limite a apropriação não mais se faz obrigatória. A reserva legal somente poderá ser utilizada para aumento de capital ou para compensar prejuízos; e

(2) Visando à manutenção de margem operacional compatível com o desenvolvimento das operações ativas da sociedade, pode ser constituída em 100% do lucro líquido remanescente após destinações estatutárias, sendo o saldo limitado a 95% do Capital Social Integralizado.

d) Dividendos e juros sobre o capital próprio

Aos acionistas estão assegurados juros sobre o capital próprio e/ou dividendo mínimo obrigatório, em cada exercício, que somados não seja inferior a 1% do lucro líquido ajustado, nos termos da legislação societária. Fica a Diretoria autorizada a declarar e pagar dividendos intermediários, especialmente semestrais e mensais, utilizando-se das contas de lucros Acumulados ou de Reservas de Lucros existentes, e, podendo ainda, autorizar a distribuição de lucros a título de juros sobre o capital próprio em substituição total ou parcial aos dividendos intermediários, ou, em adição aos mesmos.

O cálculo dos dividendos relativos aos exercícios findos em 31 de dezembro, está demonstrado a seguir:

	R\$ mil	
	2015	2014
Lucro líquido	1.812	1.344
(-) Reserva legal - 5% sobre o lucro	(91)	(67)
Base de cálculo	1.721	1.277
Dividendos propostos	18	13
Percentual em relação ao lucro líquido ajustado	1,0%	1,0%
Valor em Reais por lote de mil ações	0,13	0,10

10) OUTRAS DESPESAS ADMINISTRATIVAS

	Exercícios findos em 31 de dezembro - R\$ mil	
	2015	2014
Propaganda e publicidade	115	152
Serviços técnicos especializados	90	104
Serviços do sistema financeiro	14	14
Outras	1	15
Total	220	285

11) DESPESAS TRIBUTÁRIAS

	Exercícios findos em 31 de dezembro - R\$ mil	
	2015	2014
Contribuição à COFINS	146	115
Contribuição ao PIS	24	19
Outras	13	8
Total	183	142

12) OUTRAS RECEITAS OPERACIONAIS

	Exercícios findos em 31 de dezembro - R\$ mil	
	2015	2014
Reversão de provisões cíveis	193	141
Outras receitas financeiras	61	67
Outras	14	-
Total	268	208

13) OUTRAS DESPESAS OPERACIONAIS

	Exercícios findos em 31 de dezembro - R\$ mil	
	2015	2014
Provisões cíveis	441	43
Despesas financeiras	15	-
Patrocínio de caráter cultural	-	250
Outras	12	9
Total	468	302

14) TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

a) As transações com os controladores são efetuadas em condições e taxas compatíveis com as médias praticadas com terceiros, quando aplicável, vigentes nas datas das operações e estão assim representadas:

	Em 31 de dezembro - R\$ mil			
	2015	2014	2015	2014
	Ativos (passivos)	Ativos (passivos)	Receitas (despesas)	Receitas (despesas)
Disponibilidades:				
Banco Bradesco S.A. (controlador indireto)	44	47	-	-
Dividendos:				
Banco Bradesco Financiamentos S.A. (controlador direto)	(18)	(13)	-	-

b) Remuneração do pessoal-chave da Administração

Anualmente na Assembleia Geral Ordinária é fixado:

- O montante global anual da remuneração dos Administradores, que é definida em reunião do Conselho de Administração da Organização Bradesco, a ser paga aos membros do próprio Conselho e da Diretoria, conforme determina o Estatuto Social; e
- A verba destinada a custear Planos de Previdência Complementar aberta dos Administradores, dentro do Plano de Previdência destinado aos Funcionários e Administradores da Instituição.

A Instituição é parte integrante da Organização Bradesco e seus administradores são remunerados pelos cargos que ocupam no Banco Bradesco S.A., controlador indireto da Instituição.

A Instituição não possui benefícios de longo prazo, de rescisão de contrato de trabalho ou remuneração em instrumento baseado em ações, nos termos do CPC 10 - Pagamento Baseado em Ações, aprovado pela Resolução CMN nº 3.989/11, para seu pessoal-chave da Administração.

Outras informações

Conforme legislação em vigor, as instituições financeiras não podem conceder empréstimos ou adiantamentos para:

- Diretores e membros dos conselhos consultivos ou administrativo, fiscais e semelhantes, bem como aos respectivos cônjuges e parentes até o 2º grau;
- Pessoas físicas ou jurídicas que participem de seu capital, com mais de 10%; e
- Pessoas jurídicas de cujo capital participem, com mais de 10%, a própria instituição financeira, quaisquer diretores ou administradores da própria instituição, bem como seus cônjuges e respectivos parentes até o 2º grau.

Dessa forma, não são efetuados pelas instituições financeiras empréstimos ou adiantamentos a qualquer subsidiária, membros do Conselho de Administração ou da Diretoria Executiva e seus familiares.

15) IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

a) Demonstração do cálculo dos encargos com imposto de renda e contribuição social

	Exercícios findos em 31 de dezembro - R\$ mil	
	2015	2014
Resultado antes do imposto de renda e contribuição social	3.038	2.358
Encargo total do imposto de renda e contribuição social às alíquotas vigentes (1) respectivamente	(1.367)	(943)
Efeitos no cálculo dos tributos:		
Despesas indedutíveis líquidas de receitas não tributáveis	-	(104)
Crédito tributário líquido do passivo diferido (2)	19	-
Outros valores (3)	122	33
Imposto de renda e contribuição social do exercício	(1.226)	(1.014)

(1) Alíquotas vigentes: (i) de 25% para o imposto de renda; (ii) de 15% para a contribuição social, e de 20%, de setembro de 2015 até dezembro de 2018, de acordo com a Lei nº 13.169/15;

(2) Constituição de crédito tributário, líquido do passivo diferido, relativo à majoração de alíquota da contribuição social, conforme Lei nº 13.169/15; e

(3) Inclui, basicamente, (i) a equalização da alíquota efetiva da contribuição social em relação à alíquota (45%) demonstrada.

b) Composição da conta de resultado do imposto de renda e contribuição social

	Exercícios findos em 31 de dezembro - R\$ mil	
	2015	2014
Impostos correntes:		
Imposto de renda e contribuição social devidos	(1.259)	(985)
Impostos diferidos:		
Constituição/realização no exercício, sobre adições temporárias	(9)	(29)
Ativação de crédito tributário Lei nº 13.169/15:		
Adições temporárias	42	-
Total dos impostos diferidos	33	(29)
Imposto de renda e contribuição social do exercício	(1.226)	(1.014)

c) Origem dos créditos tributários de imposto de renda e contribuição social diferidos

	R\$ mil			
	Saldo em 31.12.2014	Constituição	Realização	Saldo em 31.12.2015
Provisões para perda com incentivos fiscais	256	24	-	280
Provisões para desvalorização de bens não de uso	16	2	-	18
Provisões fiscais e cíveis	185	117	107	195
Outros valores	36	33	36	33
Total dos créditos tributários (Nota 6)	493	176	143	526
Obrigações fiscais diferidas (Nota 8a)	171	47	-	218
Total dos créditos tributários líquido das obrigações fiscais diferidas	322	129	143	308

d) Previsão de realização dos créditos tributários sobre diferenças temporárias

	Em 31 de dezembro de 2015 - R\$ mil			
	Diferenças temporárias	Imposto de renda	Contribuição social	Total
2016	97	71	-	168
2017	98	73	-	171
2018	108	79	-	187
Total	303	223	-	526

A projeção de realização de crédito tributário trata-se de estimativa e não está diretamente relacionada à expectativa de lucros contábeis.

O valor presente dos créditos tributários, calculados considerando a taxa média de captação, líquida dos efeitos tributários, monta a R\$ 496 mil (2014 - R\$ 464 mil).

Todos os créditos tributários da Everest Leasing foram devidamente ativados.

e) Obrigações fiscais diferidas

A Instituição possui obrigações fiscais diferidas de imposto de renda e contribuição social no montante de R\$ 218 mil (2014 - R\$ 171 mil) atualização monetária de depósitos judiciais. Em 2015, inclui o montante de R\$ 23 mil, relativo à majoração da alíquota da CSLL, de acordo com a Lei nº 13.169/15.

16) OUTRAS INFORMAÇÕES

a) Gerenciamento de riscos

A atividade de gerenciamento dos riscos é altamente estratégica em virtude da crescente complexidade dos serviços e produtos, e da globalização dos negócios da Organização Bradesco. O dinamismo dos mercados nos conduz a um constante aprimoramento desta atividade, na busca das melhores práticas.

A Organização Bradesco exerce o controle corporativo dos riscos de modo integrado e independente, preservando e valorizando o ambiente de decisões colegiadas, desenvolvendo e implementando metodologias, modelos, ferramentas de mensuração e controle.

A Everest Leasing, como parte integrante da Organização Bradesco adota a estrutura de gerenciamento de riscos desta, no gerenciamento de risco de crédito, de mercado, de liquidez e operacional.

b) Em aderência ao processo de convergência com as normas internacionais de contabilidade, o Comitê de Pronunciamento Contábeis (CPC) emitiu vários pronunciamentos contábeis, bem como suas interpretações e orientações, os quais serão aplicáveis às instituições financeiras somente quando aprovado pelo CMN.

Os pronunciamentos contábeis já aprovados pelo CMN foram:

- Resolução nº 3.566/08 - Redução ao Valor Recuperável de Ativos (CPC 01);
- Resolução nº 3.604/08 - Demonstração do Fluxo de Caixa (CPC 03);
- Resolução nº 3.750/09 - Divulgação sobre Partes Relacionadas (CPC 05);
- Resolução nº 3.823/09 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes (CPC 25);
- Resolução nº 3.973/11 - Evento Subsequente (CPC 24);
- Resolução nº 3.989/11 - Pagamento Baseado em Ações (CPC 10);
- Resolução nº 4.007/11 - Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro (CPC 23);
- Resolução nº 4.144/12 - Estrutura Conceitual para Elaboração e Apresentação das Demonstrações Contábeis; e
- Resolução nº 4.424/15 - Benefícios a Empregados (CPC 33 - produzirá efeito a partir de 1º de janeiro de 2016).

Atualmente, não é possível estimar quando o CMN irá aprovar os demais pronunciamentos contábeis do CPC e tampouco se a utilização dos mesmos será de maneira prospectiva ou retrospectiva.

c) Não houve eventos subsequentes, que requeiram ajustes ou divulgações, para as demonstrações contábeis encerradas em 31 de dezembro de 2015.

A DIRETORIA

Célio Magalhães – Contador – CRC 1SP199295/O-5

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Aos Administradores e Acionistas da
Everest Leasing S.A. Arrendamento Mercantil
Osasco - SP

Examinamos as demonstrações contábeis da Everest Leasing S.A. Arrendamento Mercantil ("Instituição"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2015 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício e semestre findos naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Responsabilidade da Administração sobre as demonstrações contábeis

A Administração da Instituição é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, assim como pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações contábeis com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações contábeis. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações

contábeis da Instituição para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Instituição. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela Administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Opinião

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Everest Leasing S.A. Arrendamento Mercantil em 31 de dezembro de 2015, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício e semestre findos naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

Demonstração do valor adicionado

Examinamos também as demonstrações do valor adicionado (DVA), elaboradas sob a responsabilidade da Administração da Instituição para o exercício e semestre findos em 31 de dezembro de 2015, que estão sendo apresentadas como informação suplementar. Essas demonstrações foram submetidas aos mesmos procedimentos de auditoria descritos anteriormente e, em nossa opinião, estão adequadamente apresentadas, em todos os seus aspectos relevantes, em relação às demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

Osasco, 29 de fevereiro de 2016



KPMG Auditores Independentes

CRC 2SP028567/O-1 F SP

Rodrigo de Mattos Lia

Contador CRC 1SP252418/O-3

VISITE NOSSAS LIVRARIAS:

- livraria.imprensaoficial.com.br – Livraria Virtual
- Rua XV de novembro, 318 – 2ª a 6ª das 9h as 18h



imprensaoficial
GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO



Diário Oficial Empresarial 2
Estado de São Paulo

Volume 126 • Número 58
São Paulo, quarta-feira, 30 de março de 2016

imprensaoficial
GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO

Everest Leasing S.A. Arrendamento Mercantil

Empresa da Organização Bradesco
CNPJ 74.533.787/0001-93
Sede: Cidade de Deus - Prédio Prata - 4º Andar - Vila Yara - Osasco - SP

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Senhores Acionistas,
No final do exercício, a Everest Leasing registrou Lucro Líquido de R\$ 1,8 milhão, correspondente a R\$ 14,19 por lote de mil ações, Patrimônio Líquido de R\$ 29,5 milhões e Ativos Totais de R\$ 31,6 milhões.
Osasco, SP, 27 de janeiro de 2016.

BALANÇO PATRIMONIAL EM 31 DE DEZEMBRO - Em Reais mil				
	2015	2014	2015	2014
ATIVO				
CIRCULANTE	31.174	29.138	1.403	1.209
DISPONIBILIDADES (Nota 4)	44	47	1.403	1.209
TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS E INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVATIVOS (Nota 5a)	30.763	27.868	18	13
Carteira Própria	30.141	27.325	1.055	841
Vinculados à Prestação de Garantias	622	543	330	355
OUTROS CRÉDITOS	367	1.223	705	666
Diversos (Nota 6)	367	1.223	705	666
REALIZÁVEL A LONGO PRAZO	385	394	503	444
OUTROS CRÉDITOS	385	394	202	222
Diversos (Nota 6)	385	394	29.451	27.657
Capital:				
- De Domiciliados no País (Nota 9a)			15.200	13.500
Reservas de Lucros (Nota 9c)			14.251	14.157
TOTAL	31.559	29.532	31.559	29.532

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO - Em Reais mil				DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO - Em Reais mil					
	2º Semestre 2015	Exercícios findos em 31 de dezembro			Eventos	Capital Social	Reservas de Lucros Legal	Lucros Acumulados	Totais
	2015	2015	2014	2015	2015	2015	2014	2015	2014
RECEITAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA	1.995	3.641	2.879	Saldos em 30.6.2015	15.200	3.022	10.222	-	28.444
Operações de Crédito	-	-	3	Lucro Líquido	-	-	-	1.017	1.017
Resultado de Operações com Títulos e Valores Mobiliários (Nota 5c)	1.995	3.641	2.876	Destinações - Reservas	-	51	956	(1.007)	-
RESULTADO BRUTO DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA	1.995	3.641	2.879	- Dividendos Propostos	-	-	-	(10)	(10)
OUTRAS RECEITAS/DESPESAS OPERACIONAIS	(262)	(603)	(251)	Saldos em 31.12.2015	15.200	3.073	11.178	-	29.451
Outras Despesas Administrativas (Nota 10)	(94)	(220)	(88)	Saldos em 31.12.2013	7.000	11.115	8.211	-	26.326
Despesas Tributárias (Nota 11)	(93)	(183)	(142)	Aumento de Capital com Reserva	6.500	(6.500)	-	-	-
Outras Receitas Operacionais (Nota 12)	42	268	208	Lucro Líquido	-	-	-	1.344	1.344
Outras Despesas Operacionais (Nota 13)	(117)	(468)	(302)	Destinações - Reservas	-	67	1.264	(1.331)	-
RESULTADO OPERACIONAL	1.733	3.038	2.358	- Dividendos Propostos	-	-	-	(13)	(13)
RESULTADO ANTES DA TRIBUTAÇÃO SOBRE O LUCRO	1.733	3.038	2.358	Saldos em 31.12.2014	13.500	4.682	9.475	-	27.657
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL (Notas 15a e b)	(716)	(1.226)	(1.014)	Aumento de Capital com Reserva	1.700	(1.700)	-	-	-
LUCRO LÍQUIDO	1.017	1.812	1.344	Lucro Líquido	-	-	-	1.812	1.812
Número de ações (Notas 9a e b)	127.699.786	127.699.786	127.699.786	Destinações - Reservas	-	91	1.703	(1.794)	-
Lucro por lote de mil ações em R\$	7,96	14,19	10,52	- Dividendos Propostos	-	-	-	(18)	(18)
				Saldos em 31.12.2015	15.200	3.073	11.178	-	29.451

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA - Em Reais mil				DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO - Em Reais mil							
	2º Semestre 2015	Exercícios findos em 31 de dezembro			Descrição	2º Semestre 2015	%	2015	%	2014	%
	2015	2015	2014	2015	2015	2015	2014	2015	2014	2014	2014
Fluxo de Caixa das Atividades Operacionais:				1 - RECEITAS	1.920	105,2	3.441	106,8	2.785	111,3	
Lucro Líquido antes do Imposto de Renda e Contribuição Social	1.733	3.038	2.358	1.1) Intermidação Financeira	1.995	109,3	3.641	113,0	2.879	115,2	
Ajustes ao Lucro Líquido antes dos Impostos	99	260	53	1.2) Outras	(75)	(4,1)	(200)	(6,2)	(84)	(3,9)	
Despesas com Provisões Cíveis e Fiscais	99	260	53	2 - INSUMOS ADQUIRIDOS DE TERCEIROS	(84)	(5,2)	(220)	(6,8)	(285)	(11,3)	
Lucro Líquido Ajustado antes dos Impostos	1.832	3.298	2.411	Contribuições	-	-	-	-	(9)	(0,4)	
(Aumento)/Redução em Títulos e Valores Mobiliários e Instrumentos Financeiros Derivativos	(2.404)	(2.895)	2.850	Propaganda e Publicidade	(48)	(2,6)	(115)	(3,6)	(152)	(6,1)	
(Aumento)/Redução em Outros Créditos	690	897	(327)	Serviços Técnicos Especializados	(38)	(2,1)	(90)	(2,8)	(104)	(4,0)	
Aumento/(Redução) em Outras Obrigações	(4)	(273)	139	Serviços do Sistema Financeiro	(7)	(0,4)	(14)	(0,4)	(14)	(0,6)	
Imposto de Renda e Contribuição Social Pagos	(106)	(1.017)	(4.959)	Outras	(1)	(0,1)	(1)	-	(6)	(0,2)	
Caixa Líquido Proveniente/(Utilizado) das Atividades Operacionais	(2)	10	114	3 - VALOR ADICIONADO BRUTO (1-2)	1.826	100,0	3.221	100,0	2.500	100,0	
Fluxo de Caixa das Atividades de Financiamentos:				4 - VALOR ADICIONADO A DISTRIBUIR	1.826	100,0	3.221	100,0	2.500	100,0	
Dividendos Pagos	-	(13)	(83)	5 - DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO	1.826	100,0	3.221	100,0	2.500	100,0	
Caixa Líquido Utilizado de Atividades de Financiamentos	-	(13)	(83)	5.1) Impostos, Taxas e Contribuições	809	44,4	1.409	43,7	1.156	46,2	
Aumento/(Redução) Líquido de Caixa e Equivalentes de Caixa	(2)	(3)	31	Federal	809	44,4	1.409	43,7	1.156	46,2	
Caixa e Equivalentes de Caixa - Início do Período	46	47	16	5.2) Remuneração de Capitais Próprios	1.017	55,6	1.812	56,3	1.344	53,8	
Caixa e Equivalentes de Caixa - Fim do Período	44	44	47	Dividendos	10	0,5	18	0,6	13	0,5	
Aumento/(Redução) Líquido de Caixa e Equivalentes de Caixa	(2)	(4)	31	Lucros Retidos	1.007	55,1	1.794	55,7	1.331	53,3	

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

1) CONTEXTO OPERACIONAL
A Everest Leasing S.A. Arrendamento Mercantil ("Everest Leasing" ou "Instituição") tem como objetivo, a prática das operações de arrendamento mercantil, observadas as disposições da legislação em vigor. É parte integrante da Organização Bradesco, sendo suas operações conduzidas de forma integrada a um conjunto de empresas que atuam no mercado financeiro e de capitais, utilizando-se dos recursos administrativos e tecnológicos e na gestão de riscos, e suas demonstrações contábeis devem ser entendidas neste contexto.

2) APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS
As demonstrações contábeis foram elaboradas a partir das diretrizes contábeis emanadas das Leis nº 4.595/04 (Lei do Sistema Financeiro Nacional) e 6.404/76 (Lei das Sociedades por Ações) com as alterações introduzidas pelas Leis nº 11.638/07 e 11.941/09, para a contabilização das operações, associadas às normas e instruções do Conselho Monetário Nacional (CMN) e do Banco Central do Brasil (BACEN). Incluem, estimativas e premissas, tais como: estimativas do valor justo de determinados instrumentos financeiros; provisões fiscais, cíveis e outras provisões. Os resultados efetivos podem ser diferentes daqueles estabelecidos por essas estimativas e premissas.

As demonstrações contábeis foram aprovadas pela Administração em 27 de janeiro de 2016.

3) PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

a) Moeda funcional e de apresentação
As demonstrações contábeis estão apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Instituição.

b) Apuração do resultado
O resultado é apurado de acordo com o regime de competência, que estabelece que as receitas e despesas devem ser incluídas na apuração dos resultados dos períodos em que ocorrerem, sempre simultaneamente quando se correlacionarem, independentemente do recebimento ou pagamento. As operações com taxas prefixadas são registradas pelo valor de resgate, e as receitas e despesas correspondentes a período futuro são apresentadas em conta redutora dos respectivos ativos e passivos. As receitas e despesas de natureza financeira são contabilizadas pelo critério *pro rata* dia e calculadas com base no método exponencial.

As operações com taxas pós-fixadas são atualizadas até a data do balanço.

c) Caixa e equivalentes de caixa
Caixa e equivalentes de caixa são representados por disponibilidades em moeda, aplicações no mercado aberto e aplicações em depósitos interfinanceiros, cujo vencimento das operações, na data da efetiva aplicação, seja igual ou inferior a 90 dias e apresentem risco insignificante de mudança de valor justo. Esses recursos são utilizados pela Instituição para gerenciamento de seus compromissos de curto prazo.

d) Títulos e valores mobiliários
• Títulos para negociação - adquiridos com o propósito de serem vendidos e frequentemente negociados. São registrados pelo custo de aquisição, acrescidos dos rendimentos auferidos e ajustados pelo valor de mercado em contrapartida ao resultado do período;
• Títulos disponíveis para venda - são aqueles que não se enquadram como para negociação nem como mantidos até o vencimento. São registrados ao custo de aquisição, acrescidos dos rendimentos auferidos em contrapartida ao resultado do período e ajustados pelo valor de mercado em contrapartida ao patrimônio líquido, deduzidos dos efeitos tributários, os quais são serão reconhecidos no resultado quando da efetiva realização. A Instituição não possui títulos classificados nesta categoria; e
• Títulos mantidos até o vencimento - adquiridos com a intenção e capacidade financeira para sua manutenção em carteira até o vencimento. São avaliados pelo custo de aquisição, acrescidos dos rendimentos auferidos em contrapartida ao resultado do período. A Instituição não possui títulos classificados nesta categoria.

Os títulos e valores mobiliários classificados nas categorias de negociação e disponível para venda, bem como os instrumentos financeiros derivativos, são demonstrados no balanço patrimonial pelo seu valor justo estimado. O valor justo geralmente baseia-se em cotações de preços de mercado ou cotações de preços de mercado para ativos ou passivos com características semelhantes. Se esses preços de mercado não estiverem disponíveis, os valores justos são baseados em cotações de operadores de mercado, modelos de precificação, fluxo de caixa descontado ou técnicas similares, para as quais a determinação do valor justo possa exigir julgamento ou estimativa significativa por parte da Administração.

e) Imposto de renda e contribuição social (ativo e passivo)
Os créditos tributários de imposto de renda e contribuição social sobre o lucro líquido, calculados sobre adições temporárias, são registrados na rubrica "Outros Créditos - Diversos", e as provisões para as obrigações fiscais diferidas são registradas na rubrica "Outras Obrigações - Fiscais e Previdenciárias". Os créditos tributários sobre adições temporárias serão realizados quando da utilização e/ou reversão das respectivas provisões sobre as quais foram constituídos. Tais créditos tributários são reconhecidos contabilmente com base nas expectativas atuais de realização, considerando os estudos técnicos e análises realizadas pela Administração.

A provisão para imposto de renda é constituída à alíquota-base de 15% do lucro tributável, acrescida de adicional de 10%. Para as empresas financeiras, a contribuição social sobre o lucro foi calculada até agosto de 2015, considerando a alíquota de 15%. Para o período compreendido entre setembro de 2015 e dezembro de 2015, a alíquota foi alterada para 20%, com efeitos a partir de 1º de janeiro de 2016, retornando à alíquota de 15% a partir de janeiro de 2019. Em decorrência da alteração da alíquota, a Instituição constituiu, em setembro de 2015, um complemento do crédito tributário de contribuição social, considerando as expectativas anuais de realização e as suas respectivas alíquotas vigentes em cada período, de acordo com o estudo técnico realizado. Foram constituídas provisões para os demais impostos e contribuições sociais, de acordo com as respectivas legislações vigentes.

As modificações no critério de reconhecimento de receitas, custos e despesas computadas na apuração do lucro líquido do período, introduzidas pela Lei nº 11.638/07 e alterações posteriores, foram contempladas fiscalmente pelo novo regime de tributação vigente instituído pela Lei nº 12.973/14.

f) Redução ao valor recuperável de ativos (impairment)
Os ativos financeiros e não financeiros são avaliados para verificar se há evidência objetiva de que tenha ocorrido uma perda no seu valor contábil. A evidência objetiva de que os ativos financeiros perderam valor pode incluir o não pagamento ou atraso no pagamento por parte do devedor, indicações de processo de falência ou mesmo, um declínio significativo ou prolongado do valor do ativo. Uma perda por redução ao valor recuperável (*impairment*) de um ativo financeiro ou não financeiro é reconhecida no resultado do período se o valor contábil do ativo ou unidade geradora de caixa exceder o seu valor recuperável.

g) Provisões, ativos e passivos contingentes e obrigações legais - fiscais e previdenciárias
O reconhecimento, a mensuração e a divulgação das provisões, das contingências ativas e passivas e também das obrigações legais são efetuados de acordo com os critérios definidos pelo CPC 25, o qual foi aprovado pela Resolução nº 3.823/09 do CNM, sendo:
• Ativos contingentes: não são reconhecidos contabilmente, exceto quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis, sobre as quais não cabam mais recursos, caracterizando o ganho como praticamente certo e pela confirmação da capacidade de sua recuperação por recebimento ou compensação com outro passivo exigível. Os ativos contingentes, cuja expectativa de êxito é provável, são divulgados nas notas explicativas;
• Provisões: são constituídas levando em conta a opinião dos assessores jurídicos, a natureza das ações, a similaridade com processos anteriores, a complexidade e o posicionamento de tribunais, sempre que a perda for avaliada como provável, o que ocasionaria uma provável saída de recursos para a liquidação das obrigações e quando os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança;
• Passivos contingentes: de acordo com o CPC 25, o termo "contingente" é utilizado para passivos que não são reconhecidos, pois a sua existência somente será confirmada pela ocorrência ou não de um ou mais eventos futuros e incertos que não estejam totalmente sob o controle da Administração. Os passivos contingentes não satisfazem os critérios de reconhecimento, pois são considerados como perdas possíveis, devendo apenas ser divulgados em notas explicativas, quando relevantes. As obrigações classificadas como remotas não são provisionadas e nem divulgadas; e
• Obrigações legais - Provisão para riscos fiscais: decorrem de processos judiciais, cujo objeto de contestação é sua legalidade ou constitucionalidade que, independentemente da avaliação acerca da probabilidade de sucesso, têm os seus montantes reconhecidos integralmente nas demonstrações contábeis.

h) Outros ativos e passivos
Os ativos estão demonstrados pelos valores de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias auferidos (em base *pro rata* dia) e provisão para perda, quando julgada necessária. Os passivos demonstrados incluem os valores conhecidos e mensuráveis, acrescidos dos encargos e das variações monetárias incorridos (em base *pro rata* dia).

i) Eventos subsequentes
Correspondem aos eventos ocorridos entre a data-base das demonstrações contábeis e a data de autorização para sua emissão. São compostos por:
• Eventos que originam ajustes: são aqueles que evidenciam condições que já existiam na data-base das demonstrações contábeis; e
• Eventos que não originam ajustes: são aqueles que evidenciam condições que não existiam na data-base das demonstrações contábeis.

4) CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA
A Instituição possui disponibilidades em moeda nacional no montante de R\$ 44 mil (2014 - R\$ 47 mil).

5) TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS E INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVATIVOS

a) Composição da carteira distribuída pelas rubricas de publicação

	Em 31 de dezembro - R\$ mil	
	2015	2014
Carteira própria		
- Cotas de fundos de investimentos	30.141	27.325
Vinculados à prestação de garantias		
- Letras financeiras do tesouro	622	543
Total	30.763	27.868

b) Classificação por categorias e prazos

	Em 31 de dezembro - R\$ mil	
	2015	2014
Títulos (1)		
Títulos para negociação (3)		
Letras financeiras do tesouro	112	1.768
Notas do tesouro nacional	8.319	-
Debêntures	-	26
Letras do tesouro nacional	-	804
Certificados de depósito bancário	-	-
Total em 2015	8.431	1.794
Total em 2014	14.974	156

(1) As aplicações em cotas de fundos de investimentos são efetuadas em fundos exclusivos administrados pela Organização Bradesco e foram distribuídas de acordo com os papéis que compõem suas carteiras, preservando a classificação da categoria dos fundos. Na distribuição dos prazos, foram considerados os vencimentos dos papéis, independentemente de sua classificação contábil.

(2) O valor de mercado dos títulos e valores mobiliários é apurado de acordo com a cotação de preço de mercado disponível na data do balanço. Se não houver cotação de preços de mercado disponível, os valores são estimados com base em cotações de distribuidores, modelos de precificação, modelos de cotações ou cotações de preços para instrumentos com características semelhantes. No caso das aplicações em fundos de investimentos, o custo atualizado reflete o valor de mercado das respectivas cotas; e

(3) Para fins de apresentação do Balanço Patrimonial os títulos classificados como "para negociação" estão demonstrados no ativo circulante.

c) Resultado de operações com títulos e valores mobiliários

Exercícios findos em 31 de dezembro - R\$ mil	Em 31 de dezembro - R\$ mil	
	2015	2014
Títulos de renda fixa	3.641	2.876
Total	3.641	2.876

d) A Everest Leasing não operou com instrumentos financeiros derivativos nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e de 2014.

6) OUTROS CRÉDITOS - DIVERSOS

	Em 31 de dezembro - R\$ mil	
	2015	2014
Devedores por depósitos em garantia (1)	200	1.086
Créditos tributários (Notas 15c e d)	526	493
Outros	26	58
Total	752	1.617

(1) Em 2015, refere-se ao levantamento de um processo de ISS no valor de R\$ 817 mil.

7) ATIVOS E PASSIVOS CONTINGENTES E OBRIGAÇÕES LEGAIS - FISCAIS E PREVIDENCIÁRIAS

a) Ativos contingentes
Não são reconhecidos contabilmente ativos contingentes.

b) Provisões classificadas como perdas prováveis e obrigações legais - fiscais e previdenciárias
A Instituição é parte em processos judiciais, de natureza cível e fiscal, decorrentes do curso normal de suas atividades. Na constituição das provisões a Administração leva em conta, a opinião dos assessores jurídicos, a natureza das ações, a similaridade com processos anteriores, a complexidade e o posicionamento de tribunais, sempre que a perda for avaliada como provável. A Administração da Instituição entende que a provisão constituída é suficiente para atender às perdas decorrentes dos respectivos processos. O passivo relacionado à obrigação legal em discussão judicial é mantido até o desfecho da ação, representado por decisões judiciais, sobre as quais não cabam mais recursos, ou a sua prescrição.

I - Processos cíveis
São pleitos de indenização por dano moral e patrimonial. Essas ações são controladas individualmente por meio de sistema informatizado e provisionadas sem que a perda for avaliada como provável, considerando a opinião de assessores jurídicos, natureza das ações, similaridade com processos anteriores, complexidade e posicionamento de tribunais. Não existem em curso processos administrativos significativos por descumprimento das normas do Sistema Financeiro Nacional ou de pagamento de multas que possam causar impactos representativos no resultado financeiro da Instituição.

II - Obrigações legais - provisão para riscos fiscais
A Instituição vem discutindo judicialmente a legalidade e constitucionalidade de alguns tributos e contribuições, os quais estão totalmente provisionados não obstante as boas chances de êxito de acordo com a opinião dos assessores jurídicos. Essas obrigações legais e as provisões avaliadas como de risco provável, tem acompanhamento regular de suas evoluções nos trâmites do Judiciário, e no decorrer ou no encerramento de cada processo, poderão resultar em condições favoráveis à Instituição, com a reversão das respectivas provisões.

III - Movimentação das provisões constituídas

	R\$ mil	
	Cíveis	Fiscais (1)
Saldo em 31 de dezembro de 2014	222	273
Atualização monetária	18	12
Constituições líquidas de reversões e baixas	230	-
Pagamento	(268)	-
Saldo em 31 de dezembro de 2015 (Notas 8a e b)	202	285

(1) Compreendem, substancialmente, por obrigações legais.

c) Passivos contingentes classificados como perdas possíveis
A Instituição mantém um sistema de acompanhamento para todos os processos administrativos e judiciais em que a Instituição figura como "autora" ou "ré", e, amparada na opinião dos assessores jurídicos, classifica as ações de acordo com a expectativa de inócuo. Periodicamente são realizadas análises sobre as tendências jurisprudenciais e efetivada, se necessária, a reclassificação dos riscos desses processos. Neste contexto os processos contingentes avaliados como de risco e perda possível não são reconhecidos contabilmente.

d) Em 31 de dezembro de 2015 e de 2014, não há processos contingentes avaliados como de perda possível de montante relevante.

8) OUTRAS OBRIGAÇÕES

a) Fiscais e previdenciárias

	Em 31 de dezembro - R\$ mil	
	2015	2014
Impostos e contribuições sobre lucros a pagar	1.037	828
Provisões fiscais (Nota 7b)	285	273
Provisão para impostos e contribuições diferidas (Nota 15c)	218	171
Impostos e contribuições a recolher	18	13
Total	1.558	1.285

b) Diversos

	Em 31 de dezembro - R\$ mil	
	2015	2014
Provisão para pagamento a efetuar	255	266
Provisões cíveis (Nota 7b)	202	222
Outras	75	89
Total	532	

Everest Leasing S.A. Arrendamento Mercantil

Empresa da Organização Bradesco

CNPJ 74.533.787/0001-93
Sede: Cidade de Deus - Prédio Prata - 4º Andar - Vila Yara - Osasco - SP

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

11) DESPESAS TRIBUTÁRIAS

	Exercícios findos em 31 de dezembro - R\$ mil	
	2015	2014
Contribuição à COFINS.....	146	115
Contribuição ao PIS.....	24	19
Outras.....	13	8
Total	183	142

12) OUTRAS RECEITAS OPERACIONAIS

	Exercícios findos em 31 de dezembro - R\$ mil	
	2015	2014
Reversão de provisões civis.....	193	141
Outras receitas financeiras.....	61	67
Outras.....	14	-
Total	268	208

13) OUTRAS DESPESAS OPERACIONAIS

	Exercícios findos em 31 de dezembro - R\$ mil	
	2015	2014
Provisões civis.....	441	43
Despesas financeiras.....	15	-
Patrocínio de caráter cultural.....	-	250
Outras.....	12	9
Total	468	302

14) TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

a) As transações com os controladores são efetuadas em condições e taxas compatíveis com as médias praticadas com terceiros, quando aplicável, vigentes nas datas das operações e estão assim representadas:

	Em 31 de dezembro - R\$ mil			
	2015	2014	2015	2014
	Ativos (passivos)	Ativos (passivos)	Receitas (despesas)	Receitas (despesas)
Disponibilidades:				
Banco Bradesco S.A. (controlador indireto).....	44	47	-	-
Dividendos:				
Banco Bradesco Financiamentos S.A. (controlador direto).....	(18)	(13)	-	-

b) Remuneração do pessoal-chave da Administração

Anualmente na Assembleia Geral Ordinária é fixado:
• O montante global anual da remuneração dos Administradores, que é definida em reunião do Conselho de Administração da Organização Bradesco, a ser paga aos membros do próprio Conselho e da Diretoria, conforme determina o Estatuto Social; e
• A verba destinada a custear Planos de Previdência Complementar aberta dos Administradores, dentro do Plano de Previdência destinado aos Funcionários e Administradores da Instituição.

A Instituição é parte integrante da Organização Bradesco e seus administradores são remunerados pelos cargos que ocupam no Banco Bradesco S.A., controlador indireto da Instituição.

A Instituição não possui benefícios de longo prazo, de rescisão de contrato de trabalho ou remuneração em instrumento baseado em ações, nos termos do CPC 10 - Pagamento Baseado em Ações, aprovado pela Resolução CMN nº 3.989/11, para seu pessoal-chave da Administração.

Outras informações

Conforme legislação em vigor, as Instituições financeiras não podem conceder empréstimos ou adiantamentos para:

- a) Diretores e membros dos conselhos consultivos ou administrativos, fiscais e semelhantes, bem como aos respectivos cônjuges e parentes até o 2º grau;
- b) Pessoas físicas ou jurídicas que participem de seu capital, com mais de 10%; e
- c) Pessoas jurídicas de cujo capital participem, com mais de 10%, a própria instituição financeira, quaisquer diretores ou administradores da própria instituição, bem como seus cônjuges e respectivos parentes até o 2º grau.

Dessa forma, não são efetuados pelas instituições financeiras empréstimos ou adiantamentos a qualquer subsidiária, membros do Conselho de Administração ou da Diretoria Executiva e seus familiares.

15) IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

a) Demonstração do cálculo dos encargos com imposto de renda e contribuição social

	Exercícios findos em 31 de dezembro - R\$ mil	
	2015	2014
Resultado antes do imposto de renda e contribuição social.....	3.038	2.358
Encargo total do imposto de renda e contribuição social às alíquotas vigentes (1) respectivamente.....	(1.367)	(943)
Resultados no cálculo dos tributos:		
Despesas indutíveis líquidas de receitas não tributáveis.....	-	(104)
Crédito tributário líquido do passivo diferido (2).....	19	-
Outros valores (3).....	122	33
Imposto de renda e contribuição social do exercício	(1.226)	(1.014)

(1) Alíquotas vigentes: (i) de 25% para o imposto de renda; (ii) de 15% para a contribuição social, e de 20%, de setembro de 2015 até dezembro de 2015, de acordo com a Lei nº 13.169/15;

(2) Constituição de crédito tributário, líquido do passivo diferido, relativo à majoração de alíquota da contribuição social, conforme Lei nº 13.169/15; e

(3) Inclui, basicamente, (i) a equalização da alíquota efetiva da contribuição social em relação à alíquota (45%) demonstrada.

b) Composição da conta de resultado do imposto de renda e contribuição social

	Exercícios findos em 31 de dezembro - R\$ mil	
	2015	2014
Impostos correntes:		
Imposto de renda e contribuição social devidos.....	(1.259)	(985)
Impostos diferidos:		
Constituição/realização no exercício, sobre adições temporárias.....	(9)	(29)
Ativação de crédito tributário Lei nº 13.169/15:		
Adições temporárias.....	42	-
Total dos impostos diferidos	33	(29)
Imposto de renda e contribuição social do exercício	(1.226)	(1.014)

c) Origem dos créditos tributários de imposto de renda e contribuição social diferidos

	Saldo em			Saldo em
	31.12.2014	Constituição	Realização	
Provisões para perda com incentivos fiscais.....	256	24	-	280
Provisões para desvalorização de bens não de uso.....	16	2	-	18
Provisões fiscais e civis.....	185	117	107	195
Outros valores.....	36	33	36	53
Total dos créditos tributários (Nota 6)	493	176	143	526
Obrigações fiscais diferidas (Nota 8a).....	171	47	-	218
Total dos créditos tributários líquido das obrigações fiscais diferidas	322	129	143	308

d) Previsão de realização dos créditos tributários sobre diferenças temporárias

	Em 31 de dezembro de 2015 - R\$ mil			
	Diferenças temporárias	Imposto de renda	Contribuição social	Total
2016.....	97	71	-	168
2017.....	98	73	-	171
2018.....	108	79	-	187
Total	303	223	-	526

A projeção de realização de crédito tributário trata-se de estimativa e não está diretamente relacionada à expectativa de lucros contábeis. O valor presente dos créditos tributários, calculados considerando a taxa média de captação, líquida dos efeitos tributários, monta a R\$ 496 mil (2014 - R\$ 464 mil).

Todos os créditos tributários da Everest Leasing foram devidamente ativados.

e) Obrigações fiscais diferidas

A Instituição possui obrigações fiscais diferidas de imposto de renda e contribuição social no montante de R\$ 218 mil (2014 - R\$ 171 mil) atualização monetária de depósitos judiciais. Em 2015, inclui o montante de R\$ 23 mil, relativo à majoração da alíquota da CSLL, de acordo com a Lei nº 13.169/15.

16) OUTRAS INFORMAÇÕES

a) Gerenciamento de riscos

A atividade de gerenciamento dos riscos é altamente estratégica em virtude da crescente complexidade dos serviços e produtos, e da globalização dos negócios da Organização Bradesco. O dinamismo dos mercados nos conduz a um constante aprimoramento desta atividade, na busca das melhores práticas. A Organização Bradesco exerce o controle corporativo dos riscos de modo integrado e independente, preservando e valorizando o ambiente de decisões colegiadas, desenvolvendo e implementando metodologias, modelos, ferramentas de mensuração e controle.

A Everest Leasing, como parte integrante da Organização Bradesco adota a estrutura de gerenciamento de riscos desta, no gerenciamento de risco de crédito, de mercado, de liquidez e operacional.

b) Em aderência ao processo de convergência com as normas internacionais de contabilidade, o Comitê de Pronunciamento Contábeis (CPC) emitiu vários pronunciamentos contábeis, bem como suas interpretações e orientações, os quais serão aplicáveis às instituições financeiras somente quando aprovado pelo CMN.

Os pronunciamentos contábeis já aprovados pelo CMN foram:

- Resolução nº 3.566/08 - Redução ao Valor Recuperável de Ativos (CPC 01);
- Resolução nº 3.604/08 - Demonstração do Fluxo de Caixa (CPC 03);
- Resolução nº 3.750/09 - Divulgação sobre Partes Relacionadas (CPC 05);
- Resolução nº 3.923/09 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes (CPC 25);
- Resolução nº 3.973/11 - Evento Subsequente (CPC 24);
- Resolução nº 3.989/11 - Pagamento Baseado em Ações (CPC 10);
- Resolução nº 4.007/11 - Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro (CPC 23);
- Resolução nº 4.144/12 - Estrutura Conceitual para Elaboração e Apresentação das Demonstrações Contábeis; e
- Resolução nº 4.424/15 - Benefícios a Empregados (CPC 33 - produzirá efeito a partir de 1º de janeiro de 2016).

Atualmente, não é possível estimar quando o CMN irá aprovar os demais pronunciamentos contábeis do CPC e tampouco se a utilização dos mesmos será de maneira prospectiva ou retrospectiva.

c) Não houve eventos subsequentes, que requeriam ajustes ou divulgações, para as demonstrações contábeis encerradas em 31 de dezembro de 2015.

A DIRETORIA

Célio Magalhães - Contador - CRC 1SP199295/O-5

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Aos Administradores e Acionistas da

Everest Leasing S.A. Arrendamento Mercantil

Osasco - SP

Examinamos as demonstrações contábeis da Everest Leasing S.A. Arrendamento Mercantil ("Instituição"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2015 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício e semestre findos naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Responsabilidade da Administração sobre as demonstrações contábeis

A Administração da Instituição é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, assim como pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações contábeis com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações contábeis. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis da Instituição para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Instituição. Uma auditoria inclui,

também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela Administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Opinião

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Everest Leasing S.A. Arrendamento Mercantil em 31 de dezembro de 2015, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício e semestre findos naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

Demonstração do valor adicionado

Examinamos também as demonstrações do valor adicionado (DVA), elaboradas sob a responsabilidade da Administração da Instituição para o exercício e semestre findos em 31 de dezembro de 2015, que estão sendo apresentadas como informação suplementar. Essas demonstrações foram submetidas aos mesmos procedimentos de auditoria descritos anteriormente e, em nossa opinião, estão adequadamente apresentadas, em todos os seus aspectos relevantes, em relação às demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

Osasco, 29 de fevereiro de 2016

KPMG

KPMG Auditores Independentes

CRC 2SP028567/O-1 F SP

Rodrigo de Mattos Lira

Contador CRC 1SP252418/O-3

Os números da sua empresa mudam a cada ano. O seu Valor, não.

A publicação do balanço é essencial para mostrar a transparência da sua empresa. Divulgue os seus resultados financeiros para quem entende.

Valor Econômico

71% dos leitores são empreendedores*

84% dos leitores possuem cargo de decisão

O Valor é o único jornal que disponibiliza seus resultados em todas as plataformas.



Audiência total**:
2.052.000
leitores únicos
(impresso + digital)

Notícias que geram negócios.

11 3767.1323 (São Paulo)

61 3717.3331 (Brasília)

21 3521.1415 (Rio de Janeiro)

valor.com.br/comunicacaooinvestidores

Valor

Fontes:
* Perfil leitores: Pesquisa Cultural - Pesquisa MATC-K 2014.
** Audiência Total: Leitores Únicos Digitais (Desktop+Mobile) comScore Novembro 2015, somados ao total de leitores exclusivos Impresso Valor Econômico - Ipsos Marplan EGM 1º semestre 2015.